



ESTADO NOVO
E UNIVERSIDADE:

A PERSEGUIÇÃO AOS PROFESSORES

FERNANDO ROSAS
CRISTINA SIZIFREDO

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXIII

© 2013, Fernando Rosas,
Cristina Sizifredo
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Estado Novo e Universidade:
A Perseguição aos Professores*
Autores: Fernando Rosas
e Cristina Sizifredo
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa:
Tinta-da-china

1.ª edição: Setembro de 2013

isbn: 978-989-671-173-3
Depósito Legal n.º 363710/13

*Aos que honraram a sua condição de universitários
com a lucidez e a coragem de resistir.*

FERNANDO ROSAS

*À memória de meus pais.
Partiram demasiado cedo,
mas o que me ensinaram ficará para sempre.*

CRISTINA LUÍSA SIZIFREDO

ÍNDICE

Nota Prévia	II
CAPÍTULO I:	
Estado Novo, Universidade e depuração política	15
O sentido de uma homenagem	17
Da Ditadura Militar ao Estado Novo: saber científico e Universidade	20
Universidade, ciência e reforma	32
A depuração política das universidades	41
CAPÍTULO II:	
Relação dos investigadores e docentes demitidos das universidades portuguesas por razões políticas durante o Estado Novo	55
CAPÍTULO III	
Notas biográficas dos investigadores e docentes alvo de depuração política das universidades portuguesas pelo Estado Novo	69
Afonso Costa (1871-1937)	71
Emídio Guerreiro (1899-2005)	73

António Barros Machado (1912-2002)	75	Fernando da Conceição Fonseca (1895-1974)	103
Henrique Vítor Ziller Pérez	76	Flávio Ferreira Pinto Resende (1907-1967)	104
Luís Neves Real (1910-1985)	76	Francisco Pulido Valente (1884-1963)	105
Abel Salazar (1889-1946)	77	Hugo Baptista Ribeiro (1910-1988)	106
Álvaro Isidro Faria Lapa (1882-?)	78	João Cândido da Silva Oliveira (1906 -1991)	107
Aurélio Pereira da Silva Quintanilha (1892-1987)	79	João Lopes Raimundo (1900-1948)	108
José Mendes Ribeiro		João Remy Teixeira Freire (1917-1992)	109
Norton de Matos (1867-1955)	80	Jorge Alberto Delgado de Oliveira	109
Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989)	81	José Cardoso Morgado Júnior (1921-2003)	110
Sílvio Vieira Mendes de Lima (1904-1993)	82	José Henrique Cascão de Anciães (1897- 1984)	112
Jaime Augusto Cardoso de Gouveia (1886-1948)	83	Laureano Barros (1921-2008)	112
José Maria Vilhena Barbosa		Luís Hernâni Dias Amado (1901-1982)	113
de Magalhães (1879-1959)	84	Manuel José Nogueira Valadares (1904-1982)	114
Maria Isabel H. Aboim Inglez (1902-1963)	85	Manuel Augusto Zaluar Nunes (1907-1967)	115
Bento de Jesus Caraça (1901-1948)	88	Mário Augusto da Silva (1901-1977)	116
Mário de Azevedo Gomes (1885-1965)	90	Orlando Morbey Maria Rodrigues (1920-1988)	118
Adelino José da Costa (1898-1962)	92	Ruy Luís Gomes (1905-1984)	119
Alfredo Pereira Gomes (1919-2006)	92	António Libânio Gil Júdice (1918-1953)	122
Andrée Jeanne Françoise		Rui Proença de Oliveira (1935)	123
Crabbé Rocha (1917-2003)	93	Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)	125
António Augusto Ferreira Macedo (1887-1959)	94	Joaquim Ferreira Gomes (1928- 2002)	127
António Horácio Simões de Abreu (1913-2005)	95	Francisco Pereira de Moura (1925-1998)	128
Armando Carlos Gibert (1914-1985)	96		
Arnaldo Peres de Carvalho (1904-1989)	97	Abreviaturas	131
Augusto Pires Celestino da Costa (1884-1956)	97	Bibliografia	133
Augusto Sá da Costa (1913-2001)	98	Anexos	137
Aurélio Marques da Silva (1905-1965)	99	Notas Biográficas	143
Carlos Fernando Torre de Assunção (1901-1987)	100		
Cesina Borges Adães Bermudes (1908-2001)	101		

Nota Prévia

Em Novembro e Dezembro do ano passado, por iniciativa da Fundação Pulido Valente, da Fundação Mário Soares, do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e do movimento cívico Não Apaguem a Memória, as Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, de Coimbra e do Porto, sob a presidência dos seus Reitores, procederam a sessões públicas de homenagem aos docentes e investigadores universitários demitidos, por razões políticas, das suas funções durante o Estado Novo.

Na ocasião, foram descerradas, em cada uma dessas universidades, placas comemorativas com os nomes dos professores perseguidos, tendo sido igualmente distribuída uma brochura da nossa autoria, enquanto investigadores do IHC, editada pela comissão organizadora dos eventos e intitulada *A Depuração Política do Corpo Docente das Universidades Portuguesas durante o Estado Novo (1933-1974)*.

É essa publicação, pontualmente corrigida e ampliada com novas informações, que agora se dá à estampa, graças ao apoio da editora Tinta-da-china.

O universo dos docentes universitários saneados politicamente pela Ditadura Militar – nesta edição recuamos

ao período 1926-1933 – e pelo Estado Novo abrange um conjunto de situações diferenciadas e nem sempre fáceis de detectar. Basicamente, são as seguintes:

- 1) Professores alvo de purgas políticas, assumidas clara e publicamente como pretensa manifestação de força do regime (vagas de demissões de 1935 e 1947). As demissões são decididas pelo Conselho de Ministros, e os nomes, na sua maioria, são tornados públicos (ainda que em 1947 haja várias exonerações compulsivas para além das oficialmente divulgadas), pelo que é possível detectá-las com relativa facilidade. A própria reacção política dos movimentos de resistência ou oposição a essas medidas ajuda-nos a completar as listas publicitadas pelo Governo.
- 2) Professores objecto de sanções políticas pontualmente dirigidas contra eles, normalmente por decisão do ministro da Educação Nacional (por exemplo, em 1941, os docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) que se manifestaram criticamente contra a Concordata com a Santa Sé do ano anterior). Geralmente, nestes casos, as medidas não são tornadas públicas, o Governo actua com discrição intencional para que nada conste, e só se encontram testemunhos dos processos em reacções mais ou menos públicas de solidariedade que deixaram rasto, ou em comentários ou memórias de diverso tipo muito posteriores.
- 3) Docentes contratados a prazo que, por decisão dos directores das faculdades e sob instrução do ministro da Educação Nacional – normalmente baseados nos pareceres da polícia política –, vêem os seus contratos inter-

rompidos ou não renovados, ou o seu acesso a concursos para progressão na carreira negado. É uma informação muito dispersa, que frequentemente não é divulgada e a que só podemos aceder por fontes da época, se existirem para estes casos, ou através da memória que subsista e que conseguimos recolher. Mas é de admitir que várias situações deste tipo tenham ficado de fora e até se tenham perdido com o tempo, sem deixar rasto.

- 4) Finalmente, tivemos de pôr de lado o vasto número de casos respeitantes a mulheres e homens licenciados com brilhantismo mas que, por razões de discriminação orientada pela polícia política do regime, foram impedidos pelo Governo de aceder à docência universitária. Face aos meios de que dispomos, foi impossível recolher com um mínimo de segurança toda a informação respeitante a essas situações. A alguns casos exemplares deste enorme contingente dos saneados à porta do ensino superior nos referiremos mais adiante.

Em resumo, o presente livro, tal como a brochura que o antecedeu (agora aumentada), respeita aos docentes universitários que viram interrompidas as suas carreiras e foram afastados do ensino superior por razões explicitamente políticas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1974). A listagem actualizada que agora se divulga reúne os nomes das professoras e dos professores alvo de tais medidas persecutórias nas universidades à época existentes (Clássica de Lisboa, Técnica de Lisboa, Coimbra e Porto) e que foi possível, até agora, apurar.

Queremos agradecer reconhecidamente as informações e os dados que nos forneceram Helena Pato, Isabel do Carmo, José Júdice, Luís Reis Torgal, Miriam Halpern Pereira, Teresa Godinho, Paula Borges Santos, Raimundo Narciso, Rui Proença de Oliveira, José Lopes Raimundo, a família de António Júdice, Amália Andrade, José Manuel Caraça, Maria João Delgado e, sobretudo, João Monjardino pela sua iniciativa e pelo inextinguível apoio para completar dados, fotos e informação em falta. Constituíram uma preciosa ajuda para podermos acrescentar à lista dos professores demitidos por razões políticas os nomes de Afonso Costa, António Libânio Gil Júdice, António Simões Abreu, Cesina Bermudes, Emídio Guerreiro, Isabel Aboim Inglês, Jaime Gouveia e Rui Proença de Oliveira.

*Fernando Rosas
Cristina Luísa Sizifredo*

CAPÍTULO I

ESTADO NOVO, UNIVERSIDADE E DEPURAÇÃO POLÍTICA

O sentido de uma homenagem

O propósito da iniciativa a que deitaram mãos a Fundação Pulido Valente, a Fundação Mário Soares, o movimento cívico Não Apaguem a Memória e o Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL é o de homenagear todas as mulheres e os homens que, por motivos políticos, se viram impedidos de aceder à docência universitária, foram afastados dos seus centros de investigação, impossibilitados de progredir nas carreiras académicas ou compulsivamente exonerados das suas funções como investigadores ou professores das universidades portuguesas durante a Ditadura Militar e o Estado Novo.

A depuração política do corpo docente universitário ou de quem a ele pretendia aceder, quase sempre fundamentada em informações da polícia política, atingiu um largo espectro de investigadores ou docentes, muitos dos quais representavam, nos seus sectores – na matemática, na medicina, na economia, na física, na agronomia, nas ciências humanas –, o escol do pensamento científico português. A perseguição política desses elementos por parte de um regime que considerava a liberdade de opinião e de expressão, e portanto a liberdade científica, como incompatíveis com a segurança do Estado, acarretaria nefastas e duradouras

consequências para o desenvolvimento científico em Portugal. Muitos dos investigadores e docentes perseguidos pelas suas convicções políticas – em alguns casos por aquilo que a polícia política considerava serem as suas convicções políticas... – viram-se forçados ao exílio em vários países da Europa e da América Latina, ou nos EUA, onde livremente puderam exercer o seu múnus científico. E aí semearam a marca indelével do seu saber, deixando aos países que os acolheram aquilo que foram impedidos de oferecer ao seu.

Na impossibilidade de identificar e listar todos os investigadores e docentes atingidos pelas medidas de discriminação política durante o regime ditatorial, a comissão organizadora desta homenagem resolveu divulgar publicamente, seja nas placas a descerrar nas Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, de Coimbra e do Porto, seja no presente livro, os nomes dos que foram exonerados compulsivamente das suas funções docentes nessas universidades, por razões comprovadas de ordem política entre 1926 e 1974. Com essa referência se pretende, todavia, lembrar dezenas de outras pessoas impedidas de leccionar na Universidade, como os eminentes matemáticos e investigadores Aniceto Monteiro¹

1 António Aniceto Monteiro (1907, Mossâmedes/Namibe, Angola – 1980, Bahía Blanca, Argentina). Um dos mais brilhantes matemáticos portugueses, com larga projecção na América Latina e na Europa. Licenciado em Ciências Matemáticas pela Faculdade de Ciências de Lisboa, bolseiro da JEN e depois do IAC em Paris, doutora-se em Ciências Matemáticas pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris em 1936. A partir do ano seguinte, será, juntamente com Bento de Jesus Caraça e Ruy Luís Gomes, um dos principais impulsionadores e inspiradores do Movimento Matemático (1937-1947, ver nota 14 deste trabalho) e de várias publicações, Centros de Estudos Matemáticos,

e Fernando Soares David², ou, em 1935, o jurista Adelino da Palma Carlos³, demitido da função pública, ou as que foram

seminários, conferências, etc. que essa geração de ouro dos estudos matemáticos em Portugal vai impulsionar, designadamente nas Universidades de Lisboa e do Porto. Impedido, por razões políticas, de ingressar no ensino superior, sem meios de subsistência, Aniceto Monteiro vê-se obrigado a partir para o estrangeiro em 1945, aceitando um convite da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, para onde fora recomendado por cientistas como Albert Einstein, J. von Neumann e Guido Beck. Aí desenvolverá vasta acção docente e científica, em diversos centros de estudos. Em 1949, é contratado pela Universidade Nacional de Cuyo, na Argentina, alargando a projecção da sua obra por toda a América Latina e à Europa. Em 1956, aceita dirigir os estudos matemáticos na nova Universidade Nacional del Sur, na Bahía Blanca, Argentina, onde se jubila em 1975 (nesse ano, a ditadura argentina proíbe a sua entrada na Universidade). Em 1977, o Instituto Nacional de Investigação Científica, de Portugal, cria um lugar de investigador para Aniceto Monteiro, no Centro de Matemática. Regressa a Portugal ao fim de 32 anos de exílio, onde permanece cerca de dois anos, em intensa actividade. É galardoado em 1978 com o Prémio Gulbenkian de Ciência, que já não chega a receber pessoalmente. Morre a 29 de Outubro de 1980, aos 72 anos, em Bahía Blanca. É considerado o matemático português que mais contribuiu para a renovação dos estudos matemáticos no nosso país.

2 Fernando Soares David. Um dos mais promissores bolseiros ligados ao Movimento Matemático (ver nota 14 deste trabalho) dos anos 30/40. Licenciado pela Faculdade de Ciências do Porto em Matemática e Geofísica, investigador ligado aos Centros de Estudos Matemáticos de Lisboa e do Porto, à Sociedade Portuguesa de Matemática e às suas publicações científicas, ganhou em 1945 o Prémio Nacional Doutor Francisco Gomes. Não obstante, devido à informação negativa da polícia política, nunca conseguiu entrar na carreira docente universitária, nem obter uma bolsa no estrangeiro para se especializar no estudo da Física Teórica. Com a perseguição e o encerramento dos Centros de Estudos Matemáticos em 1946/47, Fernando David desistiu do estudo da física e da carreira de investigação.

3 Adelino da Palma Carlos (1905-1992). Jurista e quadro do Instituto de Criminologia, ganha um concurso para o provimento de um lugar de professor na Faculdade de Direito quando, em Maio de 1935, é incluído

coarctadas na possibilidade de progredir nas carreiras, quando a polícia política se pronunciava (a pedido dos directores das faculdades ou dos reitores!) sobre quem devia ser provido nos concursos públicos. É o retrato de um regime e de uma Universidade que convém observar mais de perto.

Da Ditadura Militar ao Estado Novo: saber científico e Universidade

A presente edição procura cobrir, também, as medidas de depuração política nas universidades durante os anos da Ditadura Militar (1926-1933). Mas, fosse pelo peso dominante do conservadorismo político e ideológico do geral do corpo docente universitário herdado da I República, fosse pela enorme influência do seu poder simbólico num país largamente rural e massivamente analfabeto, fosse porque a Ditadura Militar tinha mais em que pensar, em luta simultânea contra os seus adversários revirralhistas e contra as várias facções que internamente disputavam a hegemonia do incerto processo iniciado a 28 de Maio de 1926 – fosse pelo que fosse, o facto é que bastava a agitação estudantil quase permanente, entre 1927 e 1931⁴, para a ditadura ter de pres-

na lista de funcionários públicos demitidos dos seus lugares, por não merecerem a confiança política do regime, e, por essa razão, impedido de tomar posse como docente. Será posteriormente admitido na FDUL, em 1951. É bastonário da Ordem dos Advogados e apoiante da candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, em 1949. Virá a ser primeiro-ministro do I Governo Provisório, após o 25 de Abril de 1974.

4 Cf. Cristina Faria, *As Lutas Estudantis contra a Ditadura Militar*, Lisboa, Colibri, 2000.

tar atenção ao corpo docente, globalmente colaborante e «disciplinado». A ditadura não se ocupa ainda seriamente da Universidade enquanto instrumento de reprodução do poder. Basicamente, deixa-a estar como está, salvo algumas tentativas de lhe reduzir custos, encerrando certas escolas. Reprime os movimentos académicos, por vezes com grande violência, como no Porto, em 1931⁵ e, no tocante aos professores, demite pontualmente alguns raros suspeitos de ligações ao revirralhismo ou à agitação estudantil, como adiante se verá. A verdadeira limpeza do pensamento, o policiamento a sério da investigação e dos investigadores virá com o Estado Novo.

Na realidade, não parece possível abordar o problema da depuração política das universidades sem se compreenderem as relações do Estado Novo com o saber científico e académico e, portanto, com as universidades, depositárias tradicionais desse conhecimento e órgãos por excelência da sua reprodução.

Tenhamos presente que no projecto político, ideológico e cultural da «política do espírito», delineado no rescaldo do plebiscito constitucional de 1933 com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), virá a ser atribuído um papel claramente periférico e subalterno ao saber académico, à cultura científica e às universidades de uma forma geral. A não ser, sobretudo no domínio da reconstrução do discurso histórico de certos períodos-chave, as universidades como legitimadoras ou

5 Durante a greve académica, as forças policiais invadiram a Faculdade de Medicina, provocando a morte de um estudante, o que causou um profundo impacto e indignação no meio estudantil e na população.

A PERSEGUIÇÃO AOS PROFESSORES

foi composto em caracteres
Hoefler Text e impresso pela Guide,
Artes Gráficas, sobre papel Coral Book
de 90 g, durante o mês de Setembro de 2013.